



AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS E OS MUNICÍPIOS EUROPEUS

O PROJECTO PRO-EE

Objectivo:

O projecto pro-EE visa a melhoria da eficiência energética através de compras públicas sustentáveis.

Centra-se em produtos inovadores com um potencial elevado de poupança energética e económica e desenvolve procedimentos e abordagens em rede que podem ser aplicadas por qualquer autoridade pública na Europa.

Acções desenvolvidas:

- Implementação de procedimentos de Compras Públicas energeticamente eficientes em organizações da administração pública local
- Envolvimento dos fornecedores e dos consumidores
- Realização de acções de formação orientadas para os técnicos de compras públicas
- Desenvolvimento de Planos de Acção de Eficiência Energética em 5 cidades piloto, com o envolvimento das partes interessadas
- Acções de sensibilização dos cidadãos.

Municípios envolvidos (6 países):

Portugal – Cascais e Torres Vedras
Espanha – Murcia e San Sebastián
Grécia – Amaroussion
Itália – Ferrara
Alemanha – Frankfurt, Munich, Mainz
Áustria – Região da Alta Áustria

PORQUÊ COMPRAS SUSTENTÁVEIS?

Compras públicas sustentáveis e a utilização racional de recursos

Actualmente as comunidades consomem de uma forma excessiva os recursos naturais, com consequências dramáticas, como é o caso das alterações climáticas. Na base destes problemas estão os padrões de consumo insustentáveis da nossa sociedade. As **Compras Públicas Sustentáveis** – isto é, a **utilização responsável do dinheiro público** na compra de produtos e serviços com critérios ambientais e sociais, ao nível dos critérios económicos – devem por isso ser uma prioridade. Comprar de um modo sustentável significa escolher cuidadosamente o que comprar: comprar apenas o que é realmente necessário e considerar os impactes ambientais, sociais e económicos associados à compra de um produto ou serviço, numa perspectiva de ciclo de vida, isto é, considerando os impactes desde a extracção dos materiais, produção, distribuição, utilização e fim de vida.

Compras públicas e a inovação

O desenvolvimento de estratégias de compras orientadas para a resolução ou minimização dos problemas actuais e futuros pode incluir novas soluções (novos produtos, serviços ou sistemas) que melhorem a eficiência e a eficácia dos serviços públicos, promovendo a **inovação e a competitividade** da indústria Europeia.

O poder de compra das autoridades públicas pode efectivamente aumentar a procura deste tipo de soluções e criar as condições necessárias para que produtos novos e mais eficientes possam emergir com sucesso no mercado.

Compras públicas energeticamente eficientes

A forma como os processos de aquisição são desenhados, as prioridades definidas e as decisões de compra são tomadas dão também às autoridades locais oportunidades significativas para melhorar

o seu desempenho em termos de consumo de energia e de emissões de CO2. As **compras públicas energeticamente eficientes** permitem a **melhoria da eficiência energética** se este aspecto for considerado prioritário nos processos de decisão e respectivos concursos para aquisição de produtos, serviços e empreitadas. Pode aplicar-se este conceito a qualquer equipamento que consumidor de energia, como é o caso dos sistemas de aquecimento, veículos e equipamento eléctrico.

PRO-EE: O EXEMPLO DE PORTUGAL

Em Portugal o LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia assumiu a coordenação do projecto, tendo como parceiros os municípios de Cascais e Torres Vedras.

Compras energeticamente eficientes

Em Portugal foram identificados dois grupos de produtos prioritários para as actividades de compra definidas no projecto pro-EE: **sistemas de iluminação pública exterior e veículos energeticamente eficientes**.

Numa fase inicial foi realizada uma pesquisa de mercado, bem como uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista o **levantamento dos fornecedores e produtos existentes e em desenvolvimento** nos sectores da iluminação **LED** (Light Emitting Diode) e **veículos eléctricos**.

Apesar destas tecnologias apresentarem características de **eficiência energética, e outras**, que as tornam uma boa alternativa às tecnologias convencionais, é importante que os critérios ambientais definidos no caderno de encargos permitam seleccionar a tecnologia mais eficiente e com menor impacte ambiental, mas também a solução mais adequada às necessidades da entidade contratante.

Sistemas de iluminação pública

De forma a dar seguimento a estas actividades estabeleceram-se **contactos informais** com vários **fornecedores de iluminação LED e veículos eléctricos**, com o objectivo de aumentar o conhecimento sobre estas tecnologias emergentes e assim definir critérios adequados para introdução nos respectivos processos de compra.

Na sequência destas actividades o Município de Torres Vedras implementou o **projecto-piloto “Rua LED” em Santa Cruz**, que consistiu na substituição de 23 luminárias convencionais por tecnologia LED.

No município de Cascais, está a decorrer o projecto de **Valorização Energética do Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal**, onde se procederá à substituição de 43 pontos de luz com lâmpadas de vapor de mercúrio por iluminação LED.

Os **critérios** desenvolvidos incluem aspectos de **eficiência energética** (eficácia luminosa), **durabilidade dos equipamentos** (tempo de vida útil, resistência mecânica e à corrosão), bem como aspectos relacionados com o **desempenho fotométrico da solução** global (temperatura de cor, distribuição da luz, etc.).

Veículos energeticamente eficientes

Na área dos **veículos eficientes**, o município de Torres Vedras encontra-se na fase final de desenvolvimento de um **concurso para a aquisição de um mini-autocarro eléctrico** para circulação no centro histórico da vila. Os **critérios** incluídos referem-se à inclusão de sistema de **travagem regenerativa** (permite a conversão de energia cinética em electricidade) e **tempo de vida útil e autonomia das baterias**.

Compras conjuntas

Em Portugal as compras conjuntas entre organizações são difíceis de conciliar. A realização de acordos quadro, quer a nível da administração pública central (Agência Nacional de Compras Públicas, ANCP), quer a nível da administração pública local (como é o exemplo da Central de Compras Electrónica das Área Metropolitana de Lisboa, CCE-AML) poderá ser uma forma de compra conjunta, dada a tendência para a agregação das necessidades, onde importa incluir critérios ambientais que beneficiem a compra dos produtos e serviços com melhor desempenho ambiental e social.

Neste âmbito o LNEG tem vindo a cooperar com a ANCP e a CCE-AML no **desenvolvimento de critérios ambientais** para integração nos **acordos-qua-**

dro (ex. material informático, produtos de higiene, iluminação eficiente).

Integração das compras sustentáveis nos planos locais de eficiência energética

Os municípios de Cascais e Torres Vedras elaboraram um **plano de eficiência energética** com o envolvimento das partes interessadas, com especial atenção para o contributo que as compras sustentáveis podem dar para a redução dos consumos energéticos.

Numa primeira fase, foi realizado um diagnóstico das estratégias de eficiência energética já implementadas ou planeadas no município, com os departamentos relevantes, tendo em conta os 4 sectores mais importantes para a eficiência energética: **iluminação pública, transportes, edifícios e compras**. Em seguida foram definidos objectivos a curto, médio e longo prazo, com acções detalhadas para cada um dos sectores. Este diagnóstico permitiu a elaboração de um plano integrado de eficiência energética.

Numa fase posterior foram realizados em Cascais e Torres Vedras **workshops para envolvimento das partes interessadas** externas previamente identificadas (cidadãos, empresas locais, fornecedores, etc.) com o objectivo de informar e sensibilizar sobre o plano de eficiência energética dos municípios, bem como recolher informação e identificar acções que estes agentes possam empreender e como os municípios poderão apoiar ou promover estas acções.

As iniciativas realizadas em Cascais e Torres Vedras contaram com a presença de diversas entidades que, de forma interessada, deram o seu contributo para os planos de eficiência energética dos respectivos Concelhos.

Formação

Em Portugal foram realizados o curso de formação em compras públicas sustentáveis e a Conferência de Compras Públicas Sustentáveis. Estas acções contaram com a colaboração da Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP), sendo a grande maioria dos formandos técnicos de compras da administração central e local.

Foram abordadas questões como a introdução de critérios ambientais nos processos de compras, a operacionalização das estratégias das organizações através das Compras Sustentáveis e a importância da elaboração de estratégias de compras públicas sustentáveis nas organizações.

No que se refere à componente prática, os formandos aplicaram os conhecimentos adquiridos na elaboração de um caderno de encargos para a aquisição de produtos ou serviços com aplicação prática na sua organização. Estes trabalhos, realizados em grupo, foram apresentados na forma de posters na **Conferência Compras Públicas Sustentáveis**. Esta conferência decorreu no LNEG no dia 25 de Março de 2010 e foram abordados temas como o envolvimento do mercado, as políticas europeias relacionadas com o consumo sustentável e a rotulagem ambiental. No âmbito deste evento realizou-se uma mesa redonda subordinada ao tema “Experiência na administração central e local” onde diversos organismos públicos puderam apresentar as suas estratégias e acções concretas na área das compras públicas sustentáveis.

Nesta conferência realizaram-se ainda sessões paralelas sobre iluminação pública LED e veículos eléctricos, com a presença de fornecedores destas tecnologias e que puderam apresentar os seus produtos em stands montados no local do evento. Destacamos o facto de que durante a Conferência Compras Públicas Sustentáveis a Citroën fez a primeira apresentação pública nacional em Portugal do veículo eléctrico Citroën C-Zero.

RESULTADOS DO PROJECTO PRO-EE

Sucesso das compras sustentáveis – envolvimento das partes interessadas, apoio da gestão de topo e integração nos planos energéticos

O **envolvimento das diferentes partes interessadas** é essencial para o sucesso de uma estratégia de compras públicas sustentáveis. Os contactos realizados com empresas e indústrias numa fase inicial do processo de aquisição foram decisivos para a

identificação de produtos inovadores e permitiram definir critérios de eficiência energética nos concursos públicos.

Uma estratégia de compras públicas sustentáveis só terá sucesso a nível das organizações com um forte **apoio** e compromisso por parte **da gestão de topo**, sendo essencial o seu envolvimento nas acções de **formação**.

A **integração** das estratégias de compras sustentáveis com outras estratégias da organização, particularmente com os **planos de eficiência energética** leva à operacionalização destes planos de acção e à concretização dos objectivos e compromissos da organização.

Um exemplo é a integração das compras sustentáveis nos Planos de Acção de Sustentabilidade Energética dos municípios aderentes ao Pacto dos Autarcas.

O pacto dos autarcas – integração das compras sustentáveis nos Planos de Acção de Sustentabilidade Energética

O Pacto dos Autarcas é uma iniciativa da Comissão Europeia em que as cidades e municípios signatários se comprometem a atingir o objectivo da EU

Resolução da Climate Alliance para as compras públicas 100% ecológicas, sociais e justas

Para a Climate Alliance as compras públicas são um instrumento estratégico para a redução das emissões de CO2 e para a mitigação das alterações climáticas. Uma resolução tomada na Assembleia Geral da Climate Alliance em 2009, em Bruxelas encoraja todas as cidades e comunidades membro a realizar 75% dos seus processos de aquisição de forma sustentável (social e ecológica) até 2012, aumentando para 90% em 2015 e para 100% em 2020.

para a energia “3x20” através da eficiência energética e da utilização e produção de energias renováveis. Este compromisso formal deve ser atingido através da implementação de um Plano de Acção de Sustentabilidade Energética. Actualmente existe um guia detalhado com recomendações passo-a-passo para todo o processo de elaboração da estratégia, desde o compromisso político até à implementação. Este guia tem também uma secção onde se descrevem as medidas técnicas que podem ser implementadas pelas autoridades locais na área das compras públicas. As cidades de Cascais, Múrcia e San Sebastián, parceiras do pro-EE, foram das primeiras signatárias do Pacto dos Autarcas.



Coordenação do projecto:

Climate Alliance - European Secretariat, Galvanistr. 28,
60486 Frankfurt am Main, GERMANY
Dr.Andreas Kress, Tel:+49 (0)69 717139-33

Copyright 2010

Versão Portuguesa:

Paula Trindade, coordenadora nacional do projecto pro-EE;
Ana Paula Duarte; Leonor Sota; Ana Cortiçada
Unidade de Produção e Consumo Sustentável
LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia
Contacto: paula.trindade@lneg.pt

Parceiros: Climate Alliance Austria (AT), Upper Austrian Academy for the Environment (AT), Alleanza per il Clima onlus (IT), European Partners for the Environment (EU), Ecoinstitut Barcelona (ES), ICLEI Local Governments for Sustainability (EU), Laboratório Nacional de Energia e Geologia (PT), Centre for Renewable Energy Sources (GR))

E as cidades de: Cascais (PT), Ferrara (IT), Frankfurt am Main (DE), Mainz (DE), Maroussi (GR), Munich (DE), Murcia (ES), Torres Vedras (PT), San Sebastian (ES)

Editado por: Heike Unterpertinger



A responsabilidade pelo conteúdo desta publicação é dos autores. Ela não reflecte necessariamente a opinião da Comunidade Europeia. A Comissão Europeia não é responsável por qualquer utilização que possa ser feita das informações aqui contidas